



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 7ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE

Equipe de Correição: Adalcídio Pereira Júnior, Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Cleybson Ferraz Cascimiro, Eurício de Oliveira Pessoa, Marco Antônio Maia Pinheiro, Maria Elizabete dos Santos Melo, Reginaldo Pires Moura Brasil, Silvana Marsicano Franca, Simone Farias Perrusi, Talita Simões Leão e Valdevina Félix da Costa Pereira.

Jurisdição	Alagoa Nova, Alcantil, Algodão de Jandaíra, Amparo, Arara, Areial, Aroeiras, Baraúna, Barra de Santa Rosa, Barra de Santana, Barra de São Miguel, Boa Vista, Boqueirão, Cabaceiras, Camalaú, Campina Grande, Caraúbas, Caturité, Congo, Coxixola, Cubati, Cuité, Damião, Esperanca, Fagundes, Frei Martinho, Gado Bravo, Gurjão, Ingá, Itatuba, Juarez Távora, Juazeirinho, Lagoa Seca, Massaranduba, Matinhas, Mogeiro, Montadas, Monteiro, Natuba, Nova Floresta, Nova Palmeira, Olivedos, Ouro Velho, Parari, Pedra Lavrada, Picuí, Pocinhos, Prata, Puxinanã, Queimadas, Remígio, Riachão do Bacamarte, Riacho de Santo Antônio, Santa Cecília, Santo André, São Domingos do Cariri, São João do Cariri, São João do Tigre, São José dos Cordeiros, São Sebastião de Lagoa de Roca, Sao Sebastiao do Umbuzeiro, São Vicente do Serido, Serra
------------	--



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	Branca, Serra Redonda, Soledade, Sossego, Sumé, Umbuzeiro, Zabelê
Normativo de criação	RA TRT nº 048/2019 e Ato TRT SGP nº 175/2019
Data de instalação	04/06/2019
Data da última correição	15/06/2021
Período de correicionado	1º/6/2021 a 31/3/2022

Aos 19 dias do mês de abril de 2022, sob a supervisão do Excelentíssimo Senhor Desembargador Vice-Presidente e Corregedor **THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE**, foi realizado o encerramento dos trabalhos correicionais da 7ª Vara do Trabalho de Campina Grande, em cumprimento ao disposto no inciso XI do artigo 31 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Edital de Correição nº 10/2022 publicado no DA-e e DEJT, no sítio eletrônico deste Regional e enviado à Secretaria da Vara por correio eletrônico.

O Desembargador Corregedor abriu a sessão telepresencial contando com a participação do Juiz titular, Cláudio Pedrosa Nunes, do Juiz substituto, Fábio Melo Feijão, do Diretor de Secretaria e demais servidores lotados na Unidade Judiciária. Com base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos Sistemas e-Gestão, Hórus e PJe referentes ao período de **1º/6/2021 a 31/3/2022** (10 meses) e nas informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

1. ESTRUTURA FUNCIONAL

1.1 Magistrado Titular

Juiz Titular	Titularidade na Unidade
Cláudio Pedrosa Nunes	1º/6/2019 - RA nº 048/2019



1.1.2 Magistrado substituto fixo

Juiz Substituto	Fixação na Unidade
Fábio Melo Feijão	31/12022 - Ato TRT SCR nº 05/22

1.2 Servidores lotados na Unidade

A 7ª Vara do Trabalho de Campina Grande conta, atualmente, com **6** servidores:

Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Elainy Soares Ribeiro Cruz	Técnico Judiciário – Secretário de Audiência	24/10/2021
Francisco Jose Rocha Pereira	Analista Judiciário – Diretor de Secretaria	2/6/2019
Fred da Costa Prudente	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Titular	2/6/2019
Jose Moreira Lustosa	Analista Judiciário – Assistente IV	2/6/2019
Marcio Rodrigo Ferreira Gomes de Lima	Técnico Judiciário – Assistente V	2/6/2019
Rafaella Mota Santos de Carvalho	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Substituto	2/3/2020

A Unidade adota, quanto à forma de trabalho, a divisão de tarefas por faixa processual no sistema PJe, segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria.

2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte: e-Gestão)

De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a 7ª Vara do Trabalho de Campina Grande contabilizava, em 31/3/2022, um acervo processual de **1.561** processos:

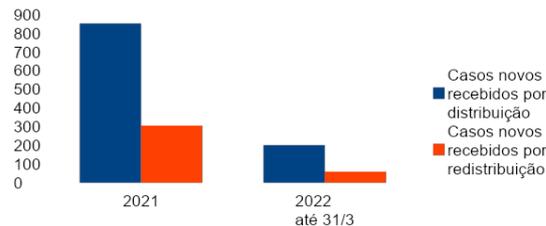
Item	Quantidade
Fase de conhecimento	1.082
Fase de Liquidação	24
Fase de execução	447
Cartas precatórias e de ordem	8
TOTAL	1.561



2.1 Fase de conhecimento (Fonte:Hórus)

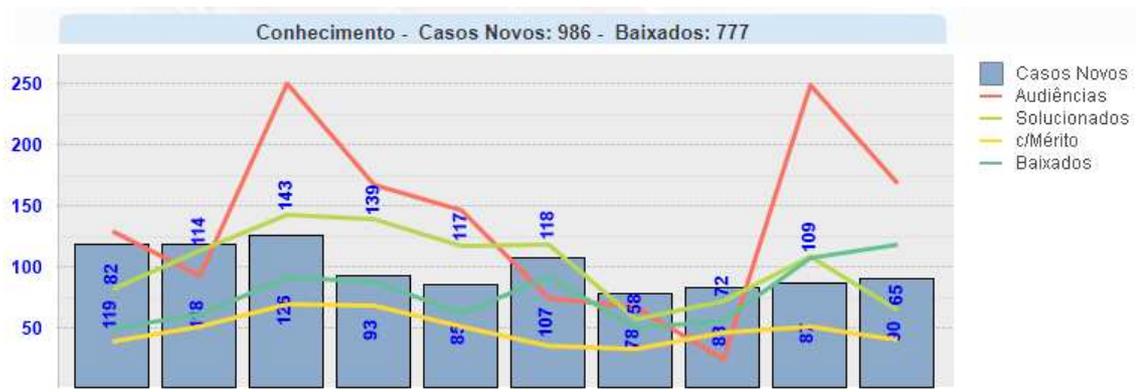
2.1.1 Casos novos

Item	2021	2022 até 31/03
Casos novos recebidos por distribuição	851	201
Casos novos recebidos por redistribuição	305	59
TOTAL	1.156	260



No período correicionado, há registro de 01 processo recebido com sentença anulada pela instância superior (0000623-76.2020.5.13.0034).

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de conhecimento, no período correicionado (junho/2021 a março/2022):

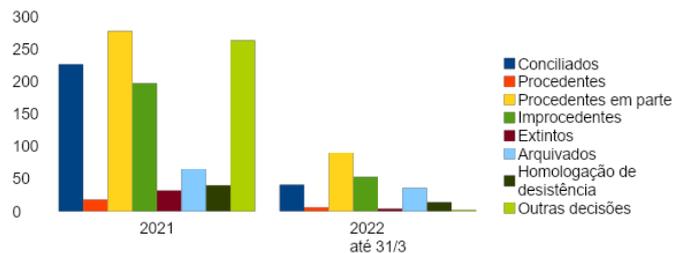


2.2 Resolvidos na fase de conhecimento (Fonte:Hórus)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Item	2021	2022 até 31/3
Conciliados	226	41
Procedentes	18	6
Procedentes em parte	277	90
Improcedentes	197	53
Extintos	32	4
Arquivados	65	36
Homologação de desistência	40	14
Outras decisões	263	2
TOTAL	1.118	246



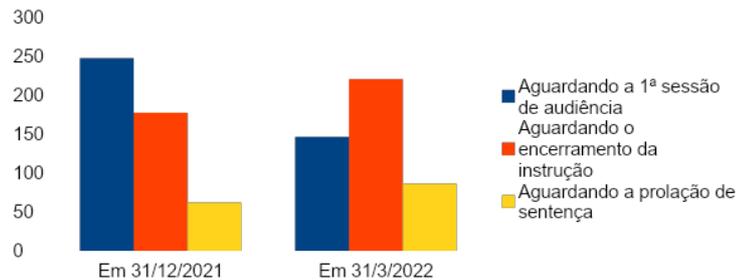
2.3 Pendentes de solução (Fonte:Hórus)

A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:

Item	Em 31/12/2021	Em 31/3/2022
Aguardando a 1ª sessão de audiência	247	146
Aguardando o encerramento da instrução	177	220
Aguardando a prolação de sentença	62	86
TOTAL	486	452



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



2.4 Pendentes de finalização (Fonte:Hórus)

Saldo residual dos processos que não foram finalizados*, ou seja, aqueles processos que, embora já tenham decisão, cálculos de liquidação ou tenha sido satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de baixa processual.

Item	2021	2022 até 31/03	Variação (%) 2020/2021
Fase de conhecimento	1099	1082	-1,55%
Fase de liquidação	8	24	200%
Fase de execução	399	447	12,03%

*Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com início da fase de liquidação ou de execução. Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada. Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

3. PANORAMA DE AUDIÊNCIAS

3.1 Dias da semana em que se realizaram audiências, com o seu respectivo quantitativo.

Audiência	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Inicial	101	137	111	81	1
Conciliação em conhecimento	47	10	32	22	43
Conciliação em Execução	2	11	1	0	2
Una	121	138	127	63	7
Instrução	61	116	109	6	4



Segundo informações prestadas pelo diretor de secretaria, as audiências são realizadas de segunda a quarta-feira pelo Juiz titular; de segunda a terça-feira, pelo Juiz substituto, com eventuais pautas extras, às sextas-feiras.

3.2. Audiências realizadas na jurisdição de Campina Grande e unidade correicionada (Fonte: Hórus)

MÊS	1ª VTCG	2ª VTCG	3ª VTCG	4ª VTCG	5ª VTCG	6ª VTCG	7ª VTCG	Média (excluída a unidade correicionada)
06/21	127	145	187	107	104	123	130	132,17
07/21	82	150	128	187	131	72	93	125
08/21	117	153	202	170	112	143	251	149,5
09/21	143	267	191	144	156	172	168	178,83
10/21	123	122	110	97	82	147	147	113,5
11/21	75	129	141	120	91	161	74	119,5
12/21	84	72	81	97	58	88	67	80
01/22	24	65	38	31	37	29	24	37,33
02/22	56	111	92	121	74	131	249	97,5
03/22	123	129	108	133	113	160	169	127,67
TOTAL	954	1.343	1.278	1.207	958	1.226	1.372	1.161

4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

4.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Fase de conhecimento	2021	2022 até 31/03
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência	143	115
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução	45	76
Do ajuizamento até o encerramento da instrução	156	197
Da conclusão à prolação da sentença	20	32
Do ajuizamento até a prolação da sentença	154	223

5. INCIDENTES PROCESSUAIS (Fonte: Hórus)

Item		2021	2022 até 31/3
Embargos de declaração	Recebidos	116	31
	Baixados	114	28
	Pendentes	6	9
Tutela Provisórias	Recebidos	64	20
	Apreciadas	62	18
	Pendentes	3	2
Liquidação	Recebidos	14	7
	Baixados	13	1
	Pendentes	2	6

6. RECURSOS INTERPOSTOS (Fonte: Hórus)

1º/6/2021 a 31/3/2022			
Item	Interpostos	Remetidos	Pendentes
Recurso ordinário	506	367	43
Recurso adesivo	21	15	5
Agravo de petição	27	18	1
Total	554	400	49

7. DURAÇÃO DO PROCESSO NAS FASES DE CONHECIMENTO E EXECUÇÃO (Fonte: Hórus)

No que se refere ao tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento, elemento importante na garantia dos princípios da duração



razoável do processo e efetividade, temos os seguintes números para o ano-base **2021**: **154** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **164** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **157** dias. O prazo praticado pela Unidade neste exercício, até o dia **31/03**, é de **227** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e de **229** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **227** dias.

Em relação a todas as classes processuais, o tempo médio de duração do processo é de **154** dias, para o ano base de **2021**, e de **223** dias, relativo a este ano de **2022**, até 31 de março.

Quanto à fase de execução, o tempo médio de duração do processo, relativo a todas as classes processuais no exercício de **2021**, foi de **290** dias, e de **259** dias, referente ao exercício atual até o dia 31 de março.

8. FASE DE EXECUÇÃO (Fonte: Hórus e e-Gestão)

Item	2021	2022 até 31/3
Execuções pendentes no início do período	330	372
Execuções iniciadas	195	66
Desarquivados	49	6
Recebidos de outros Órgãos	-	-
Execução de título extrajudicial	-	-
Execuções encerradas	210	26
Remetidos a outros Órgãos	-	-
Processos arquivados provisoriamente	96	15
Processos de execução pendentes ao final do período	372	413

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de execução, no período correicionado (junho/2021 a março/22):



9. PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: Hórus)

VALORES PAGOS (R\$)			
Item	Sistema	2021	2022 até 31/3
Acordo	PJe	R\$ 3.800.121,21	R\$ 602.164,59
Espontâneo	PJe	R\$ 524.915,30	R\$ 163.878,36
Execução	PJe	R\$ 1.324.991,12	R\$ 93.977,17
TOTAL		R\$ 5.650.027,63	R\$ 860.020,12

VALORES ARRECADADOS (R\$)			
Item	Sistema	2021	2022 até 31/3
Custas/Emolumentos	PJe	R\$ 97.414,80	R\$ 36.949,02
Contribuição previdenciária	PJe	R\$ 307.616,00	R\$ 112.761,11
Imposto de renda	PJe	R\$ 4.197,79	R\$ 2.553,90
TOTAL		R\$ 409.228,59	R\$ 152.264,03

10. DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO

10.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução

Constatou o Desembargador Corregedor que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

PERÍODO CORREICIONADO 1º/06/2021 a 31/03/2022		
Item	Sistema	Quantidade
SISBAJUD	PJe	94
INFOJUD	PJe	12
SIMBA	PJe	-
RENAJUD	PJe	47
BNDT	Pendentes (PJe)	143
	Incluídos (PJe)	17

11. METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)

Meta 1/2021 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	110,80%
Unidade Correicionada	125,30%

Meta 1/2022 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
Unidades de primeiro grau do TRT	98,41%
Unidade Correicionada	120,30%

Para efeito de controle da **Meta 1/2022**, foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **201** casos novos (por distribuição) e **243** com primeiro julgamento, atingindo o percentual de **120,30%**.

Meta 2/2021 – Identificar e julgar, até 31/12/2021, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2019 nos 1º e 2º graus	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	105,30% da Meta 2
	97,93% dos processos distribuídos até 31/12/2019
Unidade Correicionada	106,83% da Meta 2
	99,35% dos processos distribuídos até 31/12/2019



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Meta 2/2022 – Identificar e julgar, até 31/12/2022, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2020 nos 1º e 2º graus

IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	103,16% da Meta 2
	95,94% dos processos distribuídos até 31/12/2020
Unidade Correicionada	101,41% da Meta 2
	94,31% dos processos distribuídos até 31/12/2020

Meta 3/2021 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual

IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 38,50% em 2021	
Unidades de primeiro grau do TRT	100,92% da Meta 3
	38,86% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	80,70% da Meta 3
	31,07% de índice de conciliação

Meta 3/2022 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2019/2020, em 1 ponto percentual

IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 40% em 2022	
Unidades de primeiro grau do TRT	75,26% da Meta 3
	72,85% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	52,84% da Meta 3
	53,38% de índice de conciliação

Meta 5/2021 – Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida em 2 pontos percentuais, exceto execuções fiscais, em relação à 2019. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%..

Unidades de primeiro grau do TRT	121,72%
Unidade Correicionada	86,83%

Meta 5/2022 – Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente

Unidades de primeiro grau do TRT	62,96%
Unidade Correicionada	57,29%



Indicadores							
Período	BaixCon	BaiExe	PendCon	PendExe	TCL Conhecimento	TCL Execução	TCL
2022-01	56	8	652	195	92,09	96,06	92,97
2022-02	107	8	612	204	78,97	92,73	82,01
2022-03	119	6	573	218	67,02	90,83	72,24

12. AFERIÇÃO DE DESEMPENHO EM ÂMBITO NACIONAL - IPC-Jus e Igest

O índice de produtividade comparada da Justiça busca resumir a produtividade e a eficiência relativa dos tribunais em um escore único, produzido com base no Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM), no Índice de Produtividade dos Servidores (IPS), na Despesa Total do Tribunal e na Taxa de Congestionamento Líquida (TCL).

Embora os dados individualizados por vara do trabalho não sejam fornecidos pelo CNJ, considerando-se as variáveis analisadas, o que se observa é que o fator principal a ser buscado pelas unidades judiciárias é o aumento de processos baixados, obtido com o incremento da produtividade de magistrados e servidores. Observa-se, dos dados a seguir apresentados, um aumento no quantitativo de processos baixados da unidade judiciária correicionada, no que se refere à fase de conhecimento, entre os anos de 2020 e 2021, e, proporcionalmente, em 2022, enquanto que na fase de execução houve aumento entre os anos de 2020 e 2021, e, proporcionalmente, em 2022.

Processos baixados	2020	2021	2022 até 31/03
Fase de conhecimento	604	727	282
Fase de execução	460	238	22

Comparativo por jurisdição - 2020 (baixados/conhecimento)

3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	795
1ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	733
6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	698
5ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	690
2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	677
4ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	627
7ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	604



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Comparativo por jurisdição - 2021 (baixados/conhecimento)

3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	1.037
2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	954
4ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	952
1ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	917
5ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	874
6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	826
7ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	727

Comparativo por jurisdição - 2022 (baixados/conhecimento até 31/03)

7ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	282
6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	258
2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	242
5ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	233
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	213
1ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	204
4ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	189

Comparativo por jurisdição - 2020 (baixados/execução)

3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	594
6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	591
2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	581
4ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	568
5ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	474
7ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	460
1ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	420

Comparativo por jurisdição - 2021 (baixados/execução)

2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	611
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	552
5ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	538
4ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	534
1ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	470
6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	270
7ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	238

Comparativo por jurisdição - 2022 (baixados/execução até 31/03)

3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	201
1ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	135
5ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	133
4ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	117
2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	107
6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	84
7ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	22



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Deverá a unidade judiciária intensificar a inclusão de processos em pautas de audiências, conciliatórias e de instrução, assim como incrementar a utilização de ferramentas eletrônicas na fase de execução, com vistas à diminuição do acervo de processos, medidas que decerto contribuirão para a melhoria do índice IPC-Jus deste Regional.

Em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - Igest, a 7ª Vara do Trabalho de Campina Grande encontra-se na **570ª colocação**, entre as 1571 varas do país (**2º quartil**).

Já no quadro comparativo entre as 3 mais bem colocadas Varas do Trabalho com quantitativo de casos novos (de janeiro/2018 a dezembro/2020) entre 1001 e 1500 (474 varas no total), a unidade correicionada encontra-se com as seguintes colocações conforme os mesoindicadores (período de referência 1º/01/2021 a 31/12/2021):

TRT/Vara	IGEST	Acervo peso 0,2	Celeridade peso 0,2	Produtivi- dade peso 0,2	Taxa de congestio- namento peso 0,2	Força de trabalho peso 0,2
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	1º	1º	9º	56º	7º	43º
6ª Região - PE - 2ª Vara de Ribeirão	2º	8º	104º	3º	1º	76º
3ª Região - MG - 1ª Vara de Alfenas	3º	13º	15º	214º	2º	12º
13ª Região - PB - 7ª Vara de Campina Grande	219º	290º	35º	420º	218º	145º



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

São apresentadas, ainda, as seguintes variáveis para as Varas do Trabalho acima indicadas:

TRT/Vara	IGEST	Prazo na fase de conhecimento	Prazo na fase de liquidação	Prazo na fase de execução
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	1º	39,14	32,88	582,34
6ª Região - PE - 2ª Vara de Ribeirão	2º	91,05	52,04	1.328,65
3ª Região - MG - 1ª Vara de Alfenas	3º	74,71	63,21	413,38
13ª Região - PB - 7ª Vara de Campina Grande	219º	154,4	0	289,88

TRT/Vara	IGEST	Baixados na fase de conhecimento	Baixados na fase de execução	Servidores ativos
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	1º	886	90	8
6ª Região - PE - 2ª Vara de Ribeirão	2º	391	669	9
3ª Região - MG - 1ª Vara de Alfenas	3º	823	476	8
13ª Região - PB - 7ª Vara de Campina Grande	219º	727	238	7

Observando os mesoindicadores do eGestão, pode-se fazer o comparativo entre os períodos de referência de um ano cada, finalizados nos meses de março, junho, setembro e dezembro/2021, estando a 7ª Vara do Trabalho de Campina Grande nas seguintes colocações entre todas as 1.571 varas do país (consulta realizada em 07/04/2022):

MÊS	IGEST	Acervo	Celeridade	Produtivi-	Taxa de	Força
-----	-------	--------	------------	------------	---------	-------



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

				dade	congestio- namento	de trabalho
março 2021	217°	154°	109°	929°	286°	290°
junho 2021	299°	162°	83°	1.269°	370°	458°
setembro 2021	443°	302°	70°	1.418°	504°	515°
dezembro 2021	570°	736°	63°	1.370°	564°	487°

A título ilustrativo, também em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - IGest, as Varas do Trabalho de Campina Grande encontram-se com as seguintes colocações, entre as 1.571 varas do país (período de referência 1º/01/2021 a 31/12/2021):

Vara	Colocação no IGEST
6ª	194ª
2ª	201ª
3ª	260ª
1ª	272ª
5ª	500ª
4ª	561ª
7ª	570ª

Ainda para demonstrar os números obtidos pela 7ª Vara do Trabalho de Campina Grande, no que se refere aos prazos de janeiro a dezembro de 2021:

Ajuizamento até a prolação da sentença	
7ª Vara do Trabalho de Campina Grande	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

154,4 dias	192,3 dias
Início ao encerramento da liquidação	
7ª Vara do Trabalho de Campina Grande	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
0 dia	206,4 dias

Início à extinção da execução - ente privado	
7ª Vara do Trabalho de Campina Grande	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
271,8 dias	1.050 dias
Início à extinção da execução - ente público	
7ª Vara do Trabalho de Campina Grande	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
399,1 dias	795 dias

Do ajuizamento da ação até o arquivamento no 1º grau	
7ª Vara do Trabalho de Campina Grande	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
403,6 dias	1.040 dias

Com relação ao percentual de processos julgados por recebidos no período de janeiro a dezembro/2021, o Portal e-Gestão, apresenta os seguintes dados:

Percentual de processos julgados por recebidos	
7ª Vara do Trabalho de Campina Grande	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
-3,4%	4,3%

Os números da unidade podem ser observados no gráfico:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



JUÍZES

13. AFASTAMENTOS DE JURISDIÇÃO

Juiz Titular (Fonte: Proad e SAOAdm)

CLÁUDIO PEDROSA NUNES			
Motivação	Normativo	Período	Dias
Férias	SAOAdm	2/8/2021 a 21/8/2021	20
Férias	SAOAdm	18/11/2021 a 7/12/2021	20

Juiz Substituto (Fonte: SAOAdm)

FÁBIO MELO FEIJÃO			
Motivação	Normativo	Período	Dias
Férias	SAOAdm	14/3/2022 A 31/3/2022	18

Registre-se que o Juiz Substituto, Fábio Melo Feijão, foi designado para atuar na Unidade correicionada, a partir de 01 de fevereiro do corrente ano, em caráter permanente, por meio do Ato TRT13 SCR nº 005/2022, e tomou posse no Regional em 17/12/2021 (Ato TRT SGP nº 227/2021), não havendo, portanto, afastamento legal do referido magistrado no exercício anterior, especificamente de junho a dezembro.

13.1 Assiduidade dos magistrados



Não há registro de inassiduidade na Corregedoria, ou manifestações dessa ocorrência na Ouvidoria, em face do Magistrado titular e dos Juízes que atuaram na Vara durante o período correicionado.

13.2 Audiências realizadas (1º/6/2021 a 31/3/2022) (Fonte: Hórus)

Magistrado	Una	Instrução	Encerramento Instrução	Inicial	Conciliação Conhecimento	Conciliação Execução	Total
Cláudio Pedrosa Nunes	275	133	2	224	18	4	656
George Falcão Coelho Paiva	118	147	1	182	17	1	466
Fabio Melo Feijão	37	17	1	28	-	-	83
Aercio Pereira de Lima Filho	24	1	3	-	-	-	28
Fernando Luiz Duarte Barboza	-	-	-	-	62	-	62
Lindinaldo Silva Marinho	6	-	-	-	57	-	63

13.4 Incidentes julgados (1º/6/2021 a 31/3/2022) (Fonte: Hórus)

Magistrados	Embargos de declaração	Antecipação de tutela	Liquidação /Execução	Total
George Falcão Coelho Paiva	48	22	4	74
Aercio Pereira de Lima Filho	6	-	-	6
Cláudio Pedrosa Nunes	51	29	2	82
Fabio Melo Feijao	3	6	-	9
Marcelo Rodrigo Carniato	-	1	-	1

14. PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS – solucionados (Fonte: Hórus)

Magistrado	Com Exame do mérito					Sem Exame do mérito			Total
	Conciliação	Procedente	PP	Improcedente	Extinto	Arquivado	Extinto	Desistência/ Outras Decisões	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Aercio Pereira de Lima Filho	4	2	7	1	-	2	1	-	17
Cláudio Pedrosa Nunes	75	3	160	74	2	53	6	99	472
Fabio Melo Feijão	9	-	2	4	-	2	1	5	23
Fernando Luiz Duarte Barboza	8	-	-	-	-	1	-	-	9
George Falcão Coelho Paiva	86	13	107	113	5	30	7	123	484
Lindinaldo Silva Marinho	5	1	1	1	-	1	-	1	10

No período correicionado, o Juiz titular laborou 264 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 1,79 processos/dia. O Juiz substituto George Falcão Coelho Paiva, no período correicionado, laborou 259 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 1,87 processo/dia. O Juiz substituto Fábio Melo Feijão, no período de 31 de janeiro a 31 de março do corrente ano, laborou 41 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 0,56 processo/dia. Quanto aos demais juízes que atuaram na Unidade, não se afigura razoável aqui se registrar a média de produção em razão da intermitência de atuação.

14.1. Processos sentenciados por classe processual (Fonte: Hórus)

Classe	Quantidade
Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	696
Ação Trabalhista - Rito Ordinário	243
Homologação da Transação Extrajudicial	34
Ação Trabalhista - Rito Sumário (Alçada)	15
Consignação em Pagamento	15



Ação de Cumprimento	9
Embargos de Terceiro Cível	2
Alvará Judicial - Lei 6858/80	1
Ação Civil Pública Cível	1
Tutela Cautelar Antecedente	1

15. SENTENÇAS LÍQUIDAS (Fonte: Hórus)

Magistrados	Sentenças líquidas	%
George Falcão Coelho Paiva	65	54,17%
Cláudio Pedrosa Nunes	159	97,55%
Fábio Melo Feijão	2	100%
Aercio Pereira de Lima Filho	0	0
Lindinaldo Silva Marinho	2	100%

16. PROCESSOS JULGADOS NO PRAZO LEGAL

Magistrados	Total
Aercio Pereira de Lima Filho	17
Cláudio Pedrosa Nunes	461
Fábio Melo Feijão	23
Fernando Luiz Duarte Barboza	9
George Falcão Coelho Paiva	484
Lindinaldo Silva Marinho	10

16.1 Prazo médio da conclusão à prolação da sentença: 26 dias

Magistrado	Dias
Aercio Pereira de Lima Filho	10
Cláudio Pedrosa Nunes	42
George Falcão Coelho Paiva	12
Fábio Melo Feijão	2



17. OBSERVATÓRIO

No período compreendido entre a data designada para a correição do ano de 2021 e a presente correição, foi realizado o segundo ciclo de 2021 no mês de novembro, tendo sido apresentada resposta pela unidade judiciária em 16/12/2022. O magistrado titular destacou que adotou medidas para a diminuição do tempo médio na fase de conhecimento, a exemplo do incremento da pauta. Ressaltou que a pequena quantidade de servidores tem se mostrado uma dificuldade constante para a manutenção da regularidade das atividades desempenhadas e firmou o compromisso de incentivar os servidores a utilizarem o Gigs em todas as tarefas.

O Observatório é ferramenta importante, também, para gestão de dados pela própria unidade, podendo ser extraído relatório a qualquer tempo por meio do gabinete virtual -> Intranet -> Institucional-> Corregedoria -> Sistemas de geração de atas de correição -> Observatório Dashboard.

18. GARIMPO

De acordo com o Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT n. 01, de 14 de fevereiro de 2019, bem como o ATO TRT SCR 017/2020, que dispõem sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente, por meio do relatório disponível no PJe (Relatórios Gerenciais), foram registrados, entre maio de 2021 e março de 2022 - 11 meses, os pagamentos discriminados abaixo:

Devolução ao reclamado	R\$ 3.739,87
Pagamento ao reclamante	R\$ 1.594,95
Custas processuais	R\$ 64,05
TOTAL	R\$ 5.398,87



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Reforça-se a observância da Recomendação TRT13 SCR 04/2019, a fim de que, ao arquivamento dos autos, proceda à conferência de inexistência de contas com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, fato não ocorrido, por exemplo, nos processos 0000563-74.2017.5.13.0013, 0000021-85.2020.5.13.0034, 0000258-56.2019.5.13.0034.

O Corregedor destaca a necessidade de que sejam tomadas as devidas providências para o saneamento dos processos arquivados definitivamente com saldo em contas judiciais, bem como registro, no sistema Garimpo, das contas movimentadas relativas aos processos arquivados, único meio atual para apuração do trabalho desempenhado em observância ao que dispõe o Ato TRT13 SCR 17/2020.

19. CAPACITAÇÃO

O Ato TRT13 SCR Nº 28/2022 destaca, como item a ser incluso na ata de correição, a participação em cursos por magistrados e servidores.

Segundo informações prestadas pela Ejud (PROAD Nº 2317/2022), o juiz titular Cláudio Pedrosa Nunes não participou de cursos voltados à conciliação e mediação e à efetividade da execução.

Tratando-se das atividades de formação continuada, não foi cumprido o período mínimo de 30 horas-aula por semestre (art. 3º da Resolução ENAMAT nº 09/2011) pelo magistrado, tendo o juiz titular participado do seminário abaixo descrito.

Magistrado	Descrição
CLÁUDIO PEDROSA NUNES	SEMINÁRIO RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA: INOVAÇÕES E COOPERAÇÃO JURISDICIONAL – P. 23577

Tratando-se do juiz substituto Fábio Melo Feijão, não há informações sobre cursos, ressaltando-se que a posse neste Regional foi em 17/12/2021.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

As capacitações realizadas pelos servidores, consoante informado pela Segepe (PROAD N° 2777/2022) estão abaixo descritas:

Servidores	Descrição
FRANCISCO JOSE ROCHA PEREIRA	TRT - GESTÃO DE PRECATÓRIOS - GPREC / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - FORMAÇÃO DE LÍDERES E GESTORES PÚBLICOS / ESAFI ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E TREINAMENTO TRT - DIREITO EMERGENCIAL DO TRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - GOVERNANÇA E GESTÃO DA MUDANÇA NA JUSTIÇA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO GERENCIAL / PRO VALORE CONSULTORIA E TREINAMENTO GERENCIAL TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - PLATAFORMA ZOOM - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO
FRED DA COSTA PRUDENTE	TRT - PLATAFORMA ZOOM - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - FORMAÇÃO DE LÍDERES E GESTORES PÚBLICOS / ESAFI ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E TREINAMENTO TRT - FORMAÇÃO DE LÍDERES E GESTORES PÚBLICOS / ESAFI ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E TREINAMENTO TRT - UTILIZAÇÃO OTIMIZADA DA FERRAMENTA ZOOM / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO
MARCIO RODRIGO FERREIRA GOMES DE LIMA	TRT - EXECUÇÃO NO PROCESSO DO TRABALHO APÓS A REFORMA TRABALHISTA - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - PLATAFORMA ZOOM - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - UTILIZAÇÃO OTIMIZADA DA FERRAMENTA ZOOM / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

RAFAELLA MOTA SANTOS DE CARVALHO	TRT - DIREITO EMERGENCIAL DO TRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - GESTÃO DE PRECATÓRIOS - GPREC / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - NOVA VERSÃO DO SISTEMA DE AUDIÊNCIAS (AUD 4) - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - PLATAFORMA ZOOM - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - UTILIZAÇÃO OTIMIZADA DA FERRAMENTA ZOOM / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO
----------------------------------	---

SERVIDORES SEM REGISTRO DE CAPACITAÇÕES NO PERÍODO CORREICIONADO
ELAINY SOARES RIBEIRO CRUZ
JOSÉ MOREIRA LUSTOSA

Da análise das informações prestadas, observa-se que se faz necessário que os gestores incentivem os servidores a participarem de capacitações específicas voltados à efetividade da atividade jurisdicional, bem como que os magistrados participem de capacitações voltadas, primordialmente, à conciliação, mediação e efetividade da execução.

20. PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

Processos analisados

Foram analisados 30 processos, por amostragem, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT SCR nº 067/2020, havendo a prolação de 21 despachos correicionais no PJe.

Concede o Desembargador Corregedor o prazo de 10 dias para cumprimento dos despachos e recomendações, com a devida comunicação à Corregedoria Regional.



Segundo informações prestadas pelo supervisor da Ouvidoria, conforme artigo 2º, II, a, do Ato TRT SCR nº 067/2020, não foram registradas denúncias na Ouvidoria nos últimos seis meses.

21. RECOMENDAÇÕES

Aos Juízes

1. Recomendações gerais

- a) observar o estabelecido na Resolução Administrativa TST nº 1470/2011 quanto à prática de inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT, conforme o caso;
- b) adotar o procedimento de instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica na forma disciplinada pela CLT, art. 855-A;
- c) observar as determinações constantes da Recomendação Conjunta GP.CGJT nº 3/2013 no sentido de encaminhar cópias das sentenças que reconheçam agentes insalubres no meio ambiente do trabalho ao endereço eletrônico sentenças.dsst@mte.gov.br do Ministério do Trabalho e Emprego, com cópia para o endereço eletrônico insalubridade@tst.jus.br, a fim de subsidiar o planejamento de ações de fiscalização;
- d) diligenciar nos processos em execução encaminhados ao arquivo provisório em decorrência do deferimento da recuperação judicial, de modo que, com o seu encerramento ou com o encerramento da quebra em que ela tenha sido convocada (art. 156 e seguintes da Lei 11.101/2005), seja retomado o prosseguimento, para cobrança dos créditos que não tenham sido totalmente satisfeitos (art. 114 da Consolidação dos Provimentos da CGJT);
- e) visitar os processos que se encontram em arquivo provisório com execução suspensa, a fim de renovar providências coercitivas por meio da utilização dos sistemas Sisbajud, Renajud, Infojud, Simba, Serajud, CNIB, CENSEC, dentre outros, conforme disciplinamento do art. 108, III, da Consolidação dos Provimentos da CGJT;



f) observar as recomendações e provimentos editados pela Corregedoria Regional, em especial a Recomendação TRT SCR nº 004/2019 (Projeto Garimpo), de forma que, como condição de arquivamento de processo judicial, em qualquer fase, seja certificada a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, e as orientações contidas na Recomendação TRT13 SCR nº 004/2022, atinentes às determinações de suspensão/sobrestamento e remessa de processos ao arquivo provisório, devendo-se por exemplo, determinar o sobrestamento do processo 0033000-13.2013.5.13.0013, que aguarda disponibilização de quantia.

2. Recomendações específicas

a) manter os prazos médios nos processos em tramitação, observando-se permanentemente o quantitativo de casos novos distribuídos e o interstício mínimo necessário para as providências que antecedem as audiências, sempre com a finalidade de perseguir os seguintes prazos, nas situações de opção por realização de audiências do tipo 'Una':

- do ajuizamento à realização da primeira audiência: 30 dias (realizar pautas para processos novos com, no mínimo, 20 dias úteis, caso seja necessária a expedição de intimação via postal (prazo legal e cumprimento pelo e-carta);
- do ajuizamento ao encerramento da instrução: 60 dias;
- do ajuizamento à prolação da sentença: 90 dias.

b) incluir em pauta processos na fase de execução em que se verifique potencial conciliatório (art. 108, II, da Consolidação dos Provimentos da CGJT e Recomendação TRT13 SCR nº 003/2021);

c) incrementar o uso dos sistemas eletrônicos (Sisbajud, Renajud, Infojud, Simba, Serasajud, CNIB, CENSEC, dentre outros), de forma a buscar reduzir o tempo de duração do processo na fase execução;

d) reexaminar os processos sobrestados na fase de conhecimento, a fim de avaliar se subsistem os motivos que ensejaram a suspensão processual, e



— prosseguir a tramitação, proporcionando às partes litigantes a entrega da prestação jurisdicional cumprindo a garantia de duração razoável do processo;
e) participar de capacitações voltadas, primordialmente, à conciliação, mediação e efetividade da execução, destacando-se que deve ser cumprida carga horária mínima de 30h por semestre (art. 3º da Resolução ENAMAT nº 09/2011).

Ao Diretor de Secretaria

- a) monitorar os relatórios fornecidos pelo Hórus e e-Gestão, a fim de verificar possíveis inconsistências na alimentação de dados pela Unidade e corrigi-las;
- b) observar as recomendações da Ata de Correição, de forma a aprimorar o desempenho da Unidade e o cumprimento das metas do CNJ;
- c) revisar os processos sobrestados na fase de conhecimento a fim de providenciar eventuais prosseguimentos, quando observado que não mais é necessária a suspensão, bem como a organização por responsável e inclusão de Gigs;
- d) orientar a equipe para executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, a fim de agilizar o andamento processual e prevenir que processos fiquem indevidamente paralisados, a exemplo dos processos 0000083-28.2019.5.13.0013, 0130411-85.2015.5.13.0013;
- e) orientar a equipe a observar os termos da Recomendação TRT13 SCR 004/2022, atinente ao procedimento a ser utilizado no PJe para elaboração de ofícios precatório/RPV, bem como registros de pagamento;
- f) registrar e incentivar a equipe a efetuar com regularidade os registros no sistema Garimpo das contas movimentadas, por se tratar de meio imprescindível ao cômputo dos valores devolvidos;
- g) orientar a equipe a utilizar os chips para inclusão das atividades a serem desenvolvidas, a exemplo das ferramentas eletrônicas e elaboração de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

cálculos, bem como proceder à distribuição dos processos cadastrando as responsabilidades no PJe, possibilitando um melhor gerenciamento;

h) participar de capacitações voltadas, primordialmente, à conciliação, mediação e efetividade da execução.

Aos servidores

a) proceder, com regularidade, à conclusão aos magistrados dos processos com petição não apreciada, evitando-se que permaneçam paralisados, mesmo com a marcação existente no escaninho, que deverá ser consultado com frequência, bem como efetuar a retirada do aviso, após a conclusão;

b) proceder ao lançamento, com regularidade, no sistema PJe, dos pagamentos e levantamentos de créditos trabalhistas, inclusive daqueles decorrentes do pagamento de acordos, bem como os recolhimentos fiscais, previdenciários e de custas, tanto na fase de conhecimento como na de execução ;

c) dispensar mais atenção quando do cumprimento das determinações judiciais relativas à inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT, evitando o ocorrido nos processos 0000360-15.2017.5.13.0013, 0000022-07.2019.5.13.0034, 0000065-41.2019.5.13.0034;

d) executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, a fim de agilizar o andamento processual e prevenir que processos fiquem indevidamente paralisados, a exemplo dos processos 0000083-28.2019.5.13.0013, 0130411-85.2015.5.13.0013;

e) observar os termos da Recomendação TRT13 SCR 004/2022, atinente ao procedimento a ser utilizado no PJe para elaboração de ofícios precatório/RPV, bem como registros de pagamento, a fim de evitar o ocorrido no processo 0000083-28.2019.5.13.0013;

f) aos assistentes de juízes, com regularidade, consultar incidentes pendentes no e-Gestão com a finalidade de dirimir eventuais inconsistências;



h) participar de capacitações específicas voltadas à efetividade da atividade jurisdicional.

22. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dessas considerações, o Desembargador Corregedor constata que a 7ª Vara do Trabalho de Campina Grande tem buscado o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, a fim de atingir os índices obtidos por unidades judiciárias de idêntico porte.

Registra, com satisfação, o cumprimento das Metas 1 (120,30%) e 2 (106,83%), podendo-se observar que são fruto do incremento das pautas e que o cenário, mantido o volume de audiências dos últimos meses, proporcionará o atingimento de melhor índice na Meta 5/2022, atinente ao congestionamento nas fases de conhecimento e execução.

Ressaldo que a 7ª Vara de Campina Grande foi a única Vara da Jurisdição de Campina Grande a não atingir a **meta 5 do CNJ em 2021** (86,83%).

A evolução da 7ª Vara do Trabalho de Campina Grande no Igest é motivo de preocupação pela negativa evolução. Em março de 2021, a unidade ocupava a 217ª posição, passando para 328ª em junho, 443ª em setembro e 571ª em dezembro, caindo para o 2º quartil.

No ano de **2021**, a unidade correicionada **foi a vara que baixou a menor quantidade de processos nas fases de conhecimento e execução**, o que certamente contribuiu para o cenário acima delineado. Observa-se, no entanto, que, proporcionalmente, nos **primeiros meses de 2022**, houve uma **considerável baixa de processos na fase de conhecimento, e incremento da pauta**.

Pelo volume de processos baixados que se extrai nos primeiros meses de 2022, o que se pode afirmar é que, **mantido o ritmo**, a unidade judiciária certamente conseguirá melhores resultados, recomendando-se, portanto, que



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

sejam as pautas monitoradas constantemente, bem como os prazos para prolação de sentença.

Registra, com preocupação, o reduzido quadro de servidores (6, incluindo o diretor), sendo a unidade judiciária com a menor quantidade de servidores do Regional, valendo destacar que as demais varas de Campina Grande possuem de 11 a 14 servidores, motivo pelo qual providenciará expedição de ofício ao Exmo. Sr. Presidente deste Regional cientificando-o da situação ora vivenciada pela vara do trabalho.

Pontua-se, por fim, que é de grande relevância a participação de magistrados e servidores em cursos específicos voltados à efetividade da atividade jurisdicional, especialmente aqueles relacionados à mediação, conciliação e execução.

Diante dessas considerações, o Desembargador Corregedor constata que a 7ª Vara do Trabalho de Campina Grande tem buscado o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, a fim de atingir os índices obtidos por unidades judiciárias de idêntico porte.

Nada mais havendo a tratar, tem-se por encerrados os trabalhos nesta data, e eu, Talita Simões Leão, Secretária da Corregedoria Regional, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pelo Desembargador Corregedor, que deixa assinalado o prazo de 8 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho, querendo, apresentar suas considerações.

Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, não havendo outra providência a ser tomada, archive-se.

A presente Ata será publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE
Desembargador Vice-Presidente e Corregedor



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

ANEXO

VISTOS

0033600-34.2013.5.13.0013	0000173-41.2016.5.13.0013	0000012-26.2020.5.13.0034
0000083-28.2019.5.13.0013	0000629-83.2020.5.13.0034	0000393-34.2020.5.13.0034
0130411-85.2015.5.13.0013	0033000-13.2013.5.13.0013	0000542-30.2020.5.13.0034

DESPACHOS CORREICIONAIS

0130232-54.2015.5.13.0013	0000483-76.2019.5.13.0034	0000295-49.2020.5.13.0034
0000524-43.2019.5.13.0034	0021400-92.2013.5.13.0013	0130066-22.2015.5.13.0013
0000360-15.2017.5.13.0013	0000112-78.2019.5.13.0013	0000022-07.2019.5.13.0034
0000154-30.2020.5.13.0034	0000449-04.2019.5.13.0034	0019300-72.2010.5.13.0013
0000214-08.2016.5.13.0013	0000025-93.2017.5.13.0013	0000359-25.2021.5.13.0034
0000065-41.2019.5.13.0034	0000597-78.2020.5.13.0034	0000123-44.2019.5.13.0034
0130218-07.2014.5.13.0013	0000540-60.2020.5.13.0034	0000007-04.2019.5.13.0013